

Cartilha de Orientação Jurídica

Pensão especial para
filhas e filhos de vítimas
de feminicídio

GT Mulheres

Membras

NORTE: Rafaela de Melo
Rolemberg
NORDESTE: Luaní Melo
CENTRO-OESTE: Liana Lidiane
Pacheco Dani
SUDESTE: Nara de Souza Rivitti -
Coordenadora
SUL: Júlia Corrêa de Almeida

Pontos focais

Brasília (DF): Dandara Baça de
Jesus Lima
Minas Gerais (MG): Lutiana
Valadares Fernandes Barbosa
Manaus (AM): Carla Pedroso de
Mendonça
Mato Grosso do Sul (MS): Andressa
Santana Arce
São Paulo (SP): Ana Lúcia
Marcondes Faria Oliveira
Porto Velho (RO): Carla Marrone
Alimena
Marabá (PA): Aline Memória de
Andrade
Porto Alegre (RS): Patricia Bettin
Chaves

Câmara de Coordenação e Revisão Previdenciária

Membros/as

Patricia Bettin Chaves
Carolina Botelho
Felipe Belache Kugler
Junior Leite Amaral
Juliana Bastos Nogueira Soares
Júlia Corrêa de Almeida
Gilmar Menezes da Silva Júnior

Coordenadora

Patricia Bettin Chaves

Coordenador Substituto

Felipe Belache Kugler

Coordenador Executivo das Câmaras de Coordenação e Revisão

Marcos Antônio Paderes Barbosa

A Lei 14.717/2023 foi criada para ajudar a reduzir os impactos da violência de gênero, conforme previsto na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Decreto 1.973/1996). Essa lei garante uma pensão especial para filhas, filhos e dependentes menores de 18 anos que perderam a mãe devido ao crime de feminicídio (conforme o artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal). O benefício tem o valor de um salário mínimo.

Pensão especial para filhas/filhos de vítimas de feminicídio

Quem tem direito?

- ♀ Filhas, filhos e dependentes menores de 18 anos cuja mãe tenha sido vítima de feminicídio.
- ♀ A renda por pessoa da família deve ser igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Valor do Benefício

- ♀ A pensão é de um salário mínimo.
- ♀ Caso haja mais de uma pessoa beneficiária, o valor será dividido entre elas.

Concessão Provisória

- ♀ A pensão pode ser concedida provisoriamente se houver indícios do crime, conforme regulamentação futura.

Quem NÃO pode administrar o benefício?

- ♀ O autor, coautor ou partícipe do feminicídio está impedido de representar os filhos ou administrar a pensão.



Quando o benefício deixa de ser pago?

- ♀ Quando a pessoa beneficiária completar 18 anos ou em caso de falecimento.
- ♀ Se houver decisão judicial definitiva reconhecendo que não houve feminicídio, o pagamento é interrompido. No entanto, os valores já pagos não precisam ser devolvidos, exceto se houver má-fé.

Acúmulo com outros benefícios

- ♀ Não é possível acumular essa pensão com:
 - Benefícios do Regime Geral de Previdência Social (INSS) ou de regimes próprios de previdência;
 - Pensões ou auxílios do sistema de proteção social dos militares.

Documentos necessários para solicitar a pensão especial

- ♀ Documentos pessoais dos dependentes/beneficiários(as) (RG, CPF, certidão de nascimento, comprovante de residência);
- ♀ Documentos pessoais e comprovação da representação legal dos menores de 16 anos (conselho tutelar, guarda/tutela);
- ♀ Comprovantes de renda da família;
- ♀ Comprovante de inscrição no cadastro único- CadÚnico
- ♀ Certidão de óbito da vítima;
- ♀ Documentos que comprovem o feminicídio, como boletins de ocorrência, prontuários médicos, inquérito policial ou processo criminal.



Diferença entre PENSÃO ESPECIAL e PENSÃO POR MORTE

- ♀ A pensão especial não exige que a mãe (instituidora) estivesse contribuindo para o INSS (qualidade de segurado).
- ♀ A pensão por morte é um benefício previdenciário pago aos dependentes de segurados do INSS.

Abrangência da Lei e Retroatividade

- ♀ A pensão especial pode ser concedida a crianças e adolescentes que preencham os requisitos no momento da entrada em vigor da lei, incluindo aqueles cujas mães foram vítimas antes da sua publicação.
- ♀ No entanto, não há pagamento retroativo para os períodos anteriores à vigência da lei.

Situação atual da regulamentação

- ♀ Apesar da lei ter sido sancionada em 31 de outubro de 2023, ainda falta a publicação do decreto para definir as regras de operacionalização do benefício.
- ♀ A proposta de decreto está em análise pelos Ministérios do Desenvolvimento Social, das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Justiça e Segurança Pública e da Previdência Social, para posterior envio à Casa Civil.

Atuação da Defensoria Pública da União

- ♀ Como o pedido da pensão especial para órfãs/órfãos do feminicídio ainda não pode ser feito pelos canais de atendimento do INSS, recomenda-se solicitar o benefício de pensão por morte pelo MEU INSS ou telefone 135, juntando ao requerimento as provas de que se trata de feminicídio.
- ♀ A Defensoria Pública da União pode auxiliar na solicitação do benefício e, em caso de negativa pelo INSS, avaliar a possibilidade de ingressar com uma ação judicial para requerer a pensão especial, desde que exista indícios da ocorrência do feminicídio.
- ♀ Os Defensores Públicos Federais podem solicitar o benefício de pensão por morte através do SAG/PAT Requerimentos permitindo a análise do pedido pelo INSS.



